



RESPOSTA À PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 0201/2022.

I. DOS FATOS.

Trata-se de pedido de impugnação datado de 17 de janeiro de 2023, apresentado pela empresa Printer Do Brasil Tecnologia da Informação Ltda ao edital do Pregão Eletrônico nº 0201/2022.

II. DA TEMPESTIVIDADE.

A data para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico 0201/2022 é 24 de janeiro de 2023, sendo que o pedido de impugnação foi encaminhado via e-mail na data de 17 de janeiro de 2023, portanto merece prosperar, pois está dentro do prazo definido pela legislação.

III. DA DECISÃO.

Assim, pelos fundamentos apresentados, decido conhecer do pedido de esclarecimentos apresentado pela empresa, haja vista tempestivo.

Com relação ao mérito:

A empresa questiona no item 03 de sua peça impugnatória a divisão dos itens em três lotes distintos, alegando que uma unificação seria mais vantajosa à Administração Pública. Ocorre que a divisão do item de impressão Monocromática em dois lotes se dá por conta da reserva de cota para participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, estabelecida pela Lei Complementar 123/06. Já o lote de impressão Quadricromática refere-se à produto diverso e portanto está separado para permitir a participação de eventual empresa interessada em locar apenas este tipo de impressora. Esta divisão entre Monocromáticas e Quadricromáticas tendo o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

No item 04, questiona a concessão de tratamento diferenciado às micro empresas e empresas de pequeno porte. Argumenta não ser vantajosa para a Administração Pública esta forma de contratação, entretanto não produz qualquer comprovação, estudo ou análise embasada em dados estatísticos de que tal destinação é prejudicial. A Lei Complementar 123/06 define como REGRA que as contratações públicas sejam as destinadas à micro e pequenas empresas e os itens que pretende se adquirir possuem valor menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens divisíveis. Sendo que esta regra somente não seria aplicada caso não houvesse local ou regionalmente um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Entretanto, em uma rápida pesquisa na internet e em certames licitatórios de cidades vizinhas percebemos que há uma infinidade de micro e pequenas empresas na região que atuam no ramo de atividade do objeto em disputa, conforme cartões CNPJ em anexo a esta resposta.

Já no item 05 a empresa questiona os critérios para a habilitação técnica da futura contratada. Aí percebe-se uma grande incongruência nas alegações da impugnante. Primeiro alega que não deveríamos ter dividido os serviços em lotes, depois alega que



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

somente um tipo de atestado de capacidade técnica é insuficiente para comprovar a aptidão para o fornecimento e execução do objeto, requerendo ao mesmo tempo que unifiquemos os lotes mas dividamos os atestados a depender de cada tipo de impressora. O edital simplesmente requer que a empresa comprove a aptidão para o cumprimento do objeto, que é locação de impressoras. Quem trabalha neste ramo que venha, comprove isto e participe.

Alega ainda, no item 06, que não deveríamos ter adotado a modalidade Registro de Preços. Entretanto a quantidade de cópias a ser utilizada nos próximos doze meses é algo incerto e indeterminável. Realizamos uma projeção de cópias com base no consumo de anos anteriores, assim como é feito em todo e qualquer registro de preço, afinal temos que informar a quantidade que **poderá** ser adquirida. A empresa tenta nos convencer de que é indevida a utilização do Sistema de Registro de Preços, pois estamos diante de serviços continuados, entretanto a outra condição essencial para a não utilização do SRP é a certeza do quantitativo a ser gasto. Para chegar a esta conclusão basta olhar o quanto gastamos nos últimos meses através de nossos registros contábeis. Enquanto em setembro utilizamos R\$ 19.491,10 (dezenove mil quatrocentos e noventa e um reais e dez centavos) em cópias (conforme notas de empenho 10567; 10568; 10569; 10570; 10571; 10572; 10573; 10574 e 10575/2022, que podem ser conferidas junto ao portal da transparência da municipalidade) no mês de novembro utilizamos R\$ 14.674,62 (quatorze mil e seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) em cópias (conforme notas de empenho 12658; 12659; 12660; 12661; 12662; 12663 e 12664/2022, que podem ser conferidas junto ao portal da transparência da municipalidade). O art. 3º do Decreto 7892/2013 é bastante claro e não permite outra hermenêutica quando define que Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas hipóteses elencadas em seus incisos, bastando que se encaixe em uma delas e não em todas, como tenta nos fazer crer a impugnante.

Por fim, finaliza sua peça impugnatória alegando que há um direcionamento para determinada marca de impressora, o que também não é verídico. O descritivo requer que as máquinas locadas possuam conectividade com dispositivos móveis de diversas marcas, possibilitando assim a utilização diretamente através do smartphone do usuário. Logicamente a mesma impressora não terá conectividade com os aplicativos AirPrint, Google Cloud Print e Brother iPrint&Scan, tendo em vista que são de fabricantes diferentes. Requeremos que a impressora, de qualquer marca que seja, ofereça a possibilidade de conexão remota com dispositivos móveis. Perceb-se que, intencionalmente a impugnante recortou se sua peça impugnatória o nome dos outros aplicativos, tentando convencer de que há um direcionamento para a marca Brother, atitude que não me parece nada republicana.

Assim, tendo em vista o exposto, não assisto razão à impugnante e opino pelo prosseguimento do certame tal qual fora publicado.

Atenciosamente.

DIONE LUIZ DA SILVA.
DIRETOR DE COMPRAS.
20 de Janeiro de 2023.